



DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE CONTEÚDO
DO CADERNO DE ENCARGOS
(ANEXO I)

1. Ricardo Miguel Molarinho das Neves Guerra, titular do Cartão de Cidadão número 12378886 2 ZX9, residente em Avenida dos Moinhos, 15 – 2º Dt.º - 2610-189 Alfragide, na qualidade de representante legal de NOVEDUC – Material Didático, Lda., número de identificação fiscal 504 365 185, com sede em Avenida Marquês de Pombal Nº 524, Armazém 39, Sabugo, 2715 – 128 Pêro Pinheiro, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do **“CONCURSO PÚBLICO N.º PF 287/2017 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO PARA A EB 2,3/S DE ARCOS DE VALDEVEZ”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
- a) Proposta de Preço (por lote e geral), (em conformidade com modelo ANEXO III e como solicitado na alínea b) do Artigo 8.º do Programa de Procedimento)
 - b) Lista de Preços Unitários (inserida na plataforma e em anexo formato digital), para cada um dos lotes respondidos
 - c) Garantia Técnica (em conformidade com Cláusula 10.ª do respectivo Caderno de Encargos)
 - d) Certidão do Registo Comercial (certidão permanente), (em conformidade com o solicitado na alínea c) do Artigo 8.º do Programa de Procedimento)
 - e) Ficha Técnica de Produto, para cada um dos artigos a fornecer (em conformidade com o solicitado na alínea d) do Artigo 8.º do Programa de Procedimento)
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

NOVEDUC - Material Didático, Lda.

O Gerente



CONCURSO PÚBLICO
Aquisição de Mobiliário e Equipamento para a EB2,3/S de Arcos de Valdevez

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Os titulares do órgão de gerência não foram condenados por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Os titulares do órgão de gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Os titulares do órgão de gerência não foram condenados por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes:
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

NOVEDUC - Material Didáctico, Lda.

O Gerente

NOVEDUC – MATERIAL DIDÁCTICO, LDA

Avenida Marquês de Pombal, 528 – Armazém 39 – 2715-128 Pêro Pinheiro

Tel: 21 430 35 93 - E-mail: noveduc@noveduc.pt - Contribuinte n.º 504 365 185

Sociedade por quotas matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra sob o n.º 13970 - Capital Social : 200.000 €



CONCURSO PÚBLICO
Aquisição de Mobiliário e Equipamento para a EB2,3/S de Arcos de Valdevez

- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pêro Pinheiro, 17 de Maio de 2017

NOVEDUC - Material Didáctico, Lda.
O Gerente

NOVEDUC – MATERIAL DIDÁCTICO, LDA

Avenida Marquês de Pombal, 528 – Armazém 39 – 2715-128 Pêro Pinheiro

Tel: 21 430 35 93 - E-mail: noveduc@noveduc.pt - Contribuinte nº 504 365 185

Sociedade por quotas matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra sob o nº 13970 - Capital Social : 200.000 €